



São Paulo, 27 de agosto de 2021.

Ao Senhor
Lucas Pedreira do Couto Ferraz
Secretário de Comércio Exterior
Ministério da Economia
Brasília/DF

C/C À Senhora
Amanda Athayde Linhares Martins Rivera
Subsecretária de Defesa Comercial e Interesse Público
Ministério da Economia
Brasília/DF

Ref.: Consulta pública sobre portaria de investigações de subsídios e medidas compensatórias

Prezado Senhor,

Em atenção à consulta pública iniciada por intermédio da Circular nº 38, de 01 de junho de 2021, da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) vem, respeitosamente, apresentar os seus comentários e sugestões de aprimoramento à minuta de portaria que trata dos roteiros para apresentação de petições para procedimentos envolvendo a apuração de subsídios e a aplicação medidas compensatórias.

A Fiesp congratula esta Secretaria pela iniciativa de aprimorar a regulamentação de referidos procedimentos, assim como pela demonstrada busca em produzir um documento que contemple a legislação e a experiência internacionais na matéria e pela oportunidade de diálogo para aprimoramento da minuta de portaria – incluindo, nesse sentido, a extensão do prazo para envio de contribuições à proposta. Sob a ótica substantiva, merecem destaque ainda a inovação relacionada à inclusão de disposições sobre indústrias fragmentadas e a atenção na construção de uma redação que reconheça o princípio da razoabilidade na exigência de informações da indústria doméstica peticionária de investigações e de revisões. Além disso, como forma de tornar o texto da portaria mais didático e acessível, nota-se que a autoridade buscou detalhar e retomar definições relevantes sobre as análises a serem realizadas durante processos envolvendo subsídios e medidas compensatórias.

Em que pese os aspectos positivos envolvendo a elaboração da portaria em tela, também há pontos de preocupação a respeito dos limites para promoção de determinadas inovações propostas via instrumento de portaria e acerca da própria competência da Secex para realizá-las, especialmente quando considerada a ausência de respaldo em normativa hierarquicamente superior (Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e demais regras multilaterais, assim como o Decreto nº 1.751, de 1995). Ressalta-se, por exemplo, o estabelecimento de regras sobre a definição e metodologias para apuração de subsídios, objeto do Capítulo III da minuta de portaria, cujo conteúdo poderia ser transferido para manuais ou guias de caráter não vinculante – sem que houvesse, no entanto, prejuízo à atuação da autoridade investigadora sob a ótica da transparência e da legalidade.

Ademais, reconhecendo a relevância de aspectos propostos no texto em consulta pública, destacamos que a manifestação da Fiesp buscou endereçar o desafio de elaborar uma manifestação



equilibrada e que contribua para assegurar a eficácia do instrumento. Além disso, as propostas submetidas à apreciação desta Secretaria foram redigidas à luz das regras impostas pelo ordenamento jurídico vigente sobre a matéria, não obstante as eventuais alterações a serem promovidas no âmbito de iminente publicação do novo Decreto de Subsídios e Medidas Compensatórias.

Certos de sua compreensão e atenção aos pontos acima relacionados e àqueles detalhados no anexo, a Fiesp coloca-se à disposição para prosseguir dialogando com a Secex em prol de uma reforma equilibrada do sistema de defesa comercial no Brasil.

Cordialmente,

Equipe de Defesa Comercial

Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex)
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)



MANIFESTAÇÃO FIESP: CONSULTA PÚBLICA SOBRE MINUTA DE PORTARIA QUE REGULAMENTA PROCEDIMENTOS ENVOLVENDO SUBSÍDIOS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

As sugestões de aperfeiçoamento da minuta de portaria em consulta pública são apresentadas conforme a divisão dos capítulos. Além de comentários gerais sobre o conteúdo dos capítulos, cada seção da manifestação contém quadros com sugestões de redação acompanhados de justificativas.

Epígrafe

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Dispõe sobre as informações necessárias para a elaboração de petições relativas a investigações originais, revisões e outros procedimentos previstos no Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995, no Decreto nº 9.107, de 26 de julho de 2017, no Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias do Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio - GATT/1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, na Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, na Resolução CAMEX nº 63, de 17 de agosto de 2010, detalha metodologias para o cálculo do montante de subsídios e dá outras providências.	Dispõe sobre as informações necessárias para a elaboração de petições relativas a investigações originais, revisões e outros procedimentos previstos no Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995, no Decreto nº 9.107, de 26 de julho de 2017, no Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias do Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio - GATT/1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, na Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, na Resolução CAMEX nº 63, de 17 de agosto de 2010, detalha metodologias para o cálculo do montante de subsídios e dá outras providências.

Justificativa:

Considerando as propostas discutidas sobre o artigo 5º do Capítulo I e o Capítulo III da minuta de portaria, entende-se que a epígrafe da portaria deveria ser alterada de modo a excluir menção sobre metodologias de cálculo para apuração de subsídios e de medidas compensatórias.



Capítulo I – Das disposições gerais

Comentários gerais

A primeira sugestão de aprimoramento ao capítulo diz respeito à exclusão do artigo 5º, que dispõe sobre o caráter vinculante das metodologias de apuração de subsídios e do montante de medidas compensatórias (abordadas no Capítulo III da minuta de portaria).

A mudança visa mitigar os riscos de extrapolção da competência regulamentadora pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), uma vez que os conteúdos substantivos seriam mais apropriadamente endereçados em materiais informativos, ao invés de portarias¹.

Com a proposta de exclusão do Capítulo III, sugere-se, complementarmente, o aproveitamento das disposições existentes na referida seção que abordam os cenários em que novos programas de subsídios são identificados no curso de investigações.

Artigo 5 – Metodologias para apuração de montante de subsídios e de medidas compensatórias

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 5º As metodologias de cálculo para determinação de montante de subsídios e apuração do montante de medidas compensatórias deverão estar em conformidade com o disposto no Capítulo III desta Portaria.	Art. 5º As metodologias de cálculo para determinação de montante de subsídios e apuração do montante de medidas compensatórias deverão estar em conformidade com o disposto poderão observar as diretrizes dispostas no Capítulo III desta Portaria.

Justificativa: A sugestão de alteração visa retirar o caráter vinculante das metodologias previstas no Capítulo III da minuta de portaria. Nota-se que o referido trecho cria regras que não estão previstas em norma hierarquicamente superior (Decreto nº 1.751, de 1995 e Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da Organização Mundial do Comércio).

Dessa forma, ao estabelecer a obrigação de que sejam observadas as metodologias enumeradas, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) incorre no risco de estar extrapolando suas atribuições estabelecidas no artigo 91 do Decreto nº 9.745, de 2019, segundo o qual compete ao órgão, dentre outras atividades, “VIII regulamentar os procedimentos relativos às investigações de defesa comercial e às avaliações de interesse público”.

Cumprе mencionar os limites que as portarias, ato regulamentador usualmente empregado pela SECEX, possuem dentro do ordenamento jurídico. O inciso II do artigo 5º da Constituição Federal estabelece que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei", reforçando o papel dos atos legislativos como principal instrumento de enumeração de direitos e deveres. A legalidade, portanto, é um dos princípios que deve ser observado pela Administração Pública no que tange aos seus trabalhos (artigo 37).

¹ Sobre a função de portarias no ordenamento brasileiro, ver CRETELLA JÚNIOR, J. Valor jurídico da portaria. **Revista de Direito Administrativo**, v. 117, p. 447-459, 21 nov. 1974.

Diversos são os tipos de atos administrativos que podem ser utilizados para concretizar os preceitos previstos em lei. No entanto, tais atos podem assumir funções distintas e estão organizados de forma hierárquica, de modo que os atos emanados do Chefe do Poder Executivo ocupam o topo dessa organização². Na prática contemporânea, em especial no campo de defesa comercial, decretos têm sido as formas comuns de regulamentação utilizadas pela Presidência da República, sendo então detalhados por atos de autoridades hierarquicamente inferiores.

As portarias, enquanto atos administrativos, não estão autorizadas a extrapolar os limites dispostos nas leis e em seus regulamentos. De fato, os "limites legais do regulamento são os dispositivos do texto legal regulamentado; os limites legais da portaria encontram-se em texto anterior, por esta dinamizado"³.

Nesse sentido, nota-se que a minuta de portaria detalha pontos, propõe definições e estabelece metodologias que extrapolam os ditames existentes nas normativas hierarquicamente superiores, de forma a restringir os limites de conceitos abstratos (a serem considerados casuisticamente) e possibilidades de práticas à disposição das partes interessadas nos procedimentos de subsídios e medidas compensatórias. Sendo assim, seria instrumento inadequado para endereçar os pontos propostos, visto que "portaria não pode contrariar princípios gerais do direito (...); não pode criar situações de privilégio (...); não pode ab-rogar ou modificar normas contidas no texto básico dinamizado; não pode criar direitos novos ou obrigações novas, não estabelecidos no texto básico; não pode ordenar ou proibir o que o texto fundamental ordena, ou não proíbe; não pode facultar, ou proibir diversamente do que o texto básico estabelecer"⁴.

Complementarmente, mesmo que admitida a hipótese de que certos aspectos abordados na minuta de portaria quanto às metodologias de cálculo de subsídios possam ter caráter meramente ilustrativo e não vinculante, nota-se que poderia estar ocorrendo uma concorrência de competências entre a SECEX e a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), órgão composto por Ministros de Estados e pelo próprio Presidente da República. De acordo com o inciso X do artigo 7º do Decreto nº 10.044, de 2019, compete ao Comitê-Executivo de Gestão (GECEX), órgão executivo da CAMEX, o estabelecimento de diretrizes para investigações de defesa comercial. Nesse sentido, tendo em vista o caráter estratégico do colegiado e posição estratégica no sistema de defesa comercial, entende-se que o órgão também seria o emissor mais apropriado de eventuais prescrições ilustrativas e orientadoras sobre a apuração de subsídios e de montantes de direitos compensatórios.

Em síntese, sem deixar de reconhecer o esforço da autoridade em buscar nas experiências internacionais as melhores práticas na condução de processos antissubsídios, sugere-se a exclusão do capítulo III e a transferência do seu conteúdo para materiais não vinculantes, como guias e manuais. A prática estaria alinhada com a atuação da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (Sdcom), desde 2019, em prol da transparência e da disseminação de informações técnicas sobre defesa comercial. Além disso, referida abordagem atenderia ao disposto no artigo 96 Decreto nº 9.745, de 2019, que inclui, dentre outras atribuições da Sdcom, a de "XIII - elaborar material técnico para orientação e divulgação dos mecanismos de defesa comercial".

² BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**, 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 377.

³ CRETELLA JÚNIOR, J. Valor jurídico da portaria. **Revista de Direito Administrativo**, v. 117, 1974, p. 455.

⁴ CRETELLA JÚNIOR, J. Valor jurídico da portaria. **Revista de Direito Administrativo**, v. 117, 1974, p. 455.



ARTIGO NOVO - Programas de subsídios encontrados no curso da investigação

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
	Art. (a ser definido). A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá investigar programas de subsídios além daqueles indicados na petição, incluindo aqueles identificados no curso da investigação, desde que disponha de indícios suficientes da existência do programa de subsídio.
	§ 1º Os questionários de produtor/exportador e de governo estrangeiro solicitarão informações sobre todo e qualquer programa de subsídio que tenha beneficiado as empresas investigadas durante o período de investigação.
	§ 2º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá solicitar informações e esclarecimentos sobre novos programas de subsídios investigados não informados nas respostas aos questionários, mas cujas evidências demonstrem que beneficiaram a empresa investigada durante o período de investigação.
	§ 3º Caso os programas de subsídio identificados no curso da investigação não estejam cobertos pela circular que deu início à investigação, a Secretaria de Comércio Exterior publicará emenda à referida circular no Diário Oficial da União, e será concedido prazo adicional para comentários das partes interessadas.
	§ 4º Na hipótese do §3º deste artigo, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público deverá oferecer nova oportunidade de consultas ao governo do país investigado, com o objetivo de esclarecer eventuais dúvidas acerca de informações e elementos de prova sobre cada programa de subsídio identificado no curso da investigação.
	§ 5º Caso os programas subsídios que não foram incluídos na resposta ao questionário sejam identificados durante a verificação in loco , a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público notificará as partes interessadas para garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório, e poderá utilizar a



	melhor informação disponível, nos termos do art. 37, § 3º c/c art. 79 do Decreto no 1.751, de 1995.
--	---

Justificativa:

Com a sugestão de exclusão do capítulo III como um todo, propõe-se o aproveitamento da sua seção IV (artigo 223), que trata dos programas de subsídios encontrados no curso da investigação, deslocando-o para as disposições gerais, em razão da sua potencial relevância para a condução dos procedimentos envolvendo subsídios e medidas compensatórias. Adaptações pontuais na linguagem foram incluídas na proposta, sem alterar, no entanto, o seu significado.



Capítulo II – Das petições de investigação original

Comentários gerais:

A Fiesp vê como positiva a atualização do roteiro de petição para investigação original de subsídios. Dentre os avanços considerados como relevantes, destacam-se: (i) a possibilidade de utilização pelas partes interessadas de informações obtidas a partir de determinações feitas por autoridades de defesa comercial estrangeiras (parágrafo primeiro do artigo 48); (ii) a previsão de que sejam indicados, da forma mais detalhada possível, os pontos específicos de relevância nos documentos apresentados pelas partes – parágrafos terceiro e quarto do artigo 48 –, medida que tende a agregar maior eficiência ao procedimento; (iii) o reconhecimento sobre o princípio da razoabilidade na exigência de informações às partes interessadas (artigo 15); (iv) o detalhamento a respeito do método de cálculo das capacidades instaladas nominal e efetiva (artigo 92); (v) e as disposições específicas para indústrias fragmentadas (artigos 14, 78 e 118-120).

Visando aperfeiçoar o texto em consulta pública, são apresentadas sugestões de alteração em dispositivos específicos do capítulo. De modo geral, as mudanças retomam a linguagem de normas hierarquicamente superiores e reiteram, na medida do possível, a preocupação com a razoabilidade na demanda de informações à indústria doméstica responsável pela apresentação de pleito de abertura de uma investigação.

ARTIGO NOVO – Período de investigação de subsídios

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
	Art. (a ser definido). É facultado ao peticionário a indicação da forma de aplicação do direito compensatório que considera mais apropriada para a eliminação dos efeitos danosos das importações do produto subsidiado.

Justificativa:

Objetiva-se prever expressamente a possibilidade de o peticionário sugerir a forma mais adequada de aplicação da medida compensatória, sem prejuízo à prerrogativa de avaliação pela Secex sobre o tema. A proposta busca levar em consideração as peculiaridades dos diversos setores produtivos, tendo em vista, por exemplo, que, em segmentos com pouca variação de preços e alta recorrência de práticas de subfaturamento na importação, o direito aplicado via alíquota específica tende a ser mais efetivo. Em contrapartida, em setores com significativa volatilidade de preços, as alíquotas *ad valorem* tendem a preservar melhor a efetividade do direito. Dessa maneira, entende-se que a indicação poderá ser feita pelo peticionário, que estará apto a examinar e apontar suas necessidades à autoridade investigadora.

Artigo 16 – Período de investigação de subsídios

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 16. O período de investigação de existência de subsídio compreenderá 12 (doze) meses, preferencialmente encerrados em março, junho, setembro ou dezembro.	Art. 16. O período de investigação de existência de subsídio acionável deverá compreender os 12 (doze) meses, preferencialmente encerrados em março, junho, setembro ou dezembro.
§ 1º O período de investigação de existência de subsídio poderá coincidir com o ano fiscal mais recentemente encerrado e para o qual estejam disponíveis dados financeiros consolidados e outros dados contábeis confiáveis no país exportador.	§ 1º O período de investigação de existência de subsídio poderá coincidir com o ano fiscal mais recentemente encerrado e para o qual estejam disponíveis dados financeiros consolidados e outros dados contábeis confiáveis no país exportador.
§ 2º Em circunstâncias excepcionais, devidamente justificadas, o período de investigação de existência de subsídio poderá ser inferior a doze meses, mas nunca inferior a seis meses.	§ 2º Em circunstâncias excepcionais, devidamente justificadas, o período de investigação de existência de subsídio poderá ser inferior a doze meses, mas nunca inferior a seis meses.
	§ 3º A petição que contenha período de investigação de existência de subsídio acionável encerrado em mês distinto do disposto no caput será conhecida pela autoridade investigadora.

Justificativa: Entende-se que as normativas hierarquicamente superiores não dispõem sobre meses de referência para o período de investigação sobre a existência de subsídios, diferentemente do observado nos procedimentos envolvendo dumping (previsão expressa no artigo 48 do Decreto nº 8.058, de 2013).

No entanto, reconhecendo os potenciais impactos positivos para a organização dos trabalhos tanto da autoridade investigadora quanto da indústria doméstica petionária, sugere-se a inclusão de um terceiro parágrafo visando ratificar o caráter não vinculante das janelas temporais às quais se refere o caput.

Com essa mudança, entende-se que a SECEX não incorreria no risco de extrapolar sua competência de “regulamentar os procedimentos relativos às investigações de defesa comercial e às avaliações de interesse público” nos termos do inciso VIII do artigo 91 do Decreto nº 9.745, de 2019.

Nesse sentido, cumpre mencionar os limites que as portarias, ato regulamentador usualmente empregado pela SECEX, possuem dentro do ordenamento jurídico. O inciso II do artigo 5º da Constituição Federal estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, reforçando o papel dos atos legislativos como principal instrumento de enumeração de direitos e deveres. A legalidade, portanto, é um dos princípios que deve ser observado pela Administração Pública no que tange aos seus trabalhos (artigo 37).

Diversos são os tipos de atos administrativos que podem ser utilizados para concretizar os preceitos previstos em lei. No entanto, tais atos podem assumir funções distintas e estão organizados de forma hierárquica, de modo que os atos emanados do Chefe do Poder Executivo ocupam o topo dessa

organização⁵. Na prática contemporânea, em especial no campo de defesa comercial, decretos têm sido as formas comuns de regulamentação utilizadas pela Presidência da República, sendo então detalhados por atos de autoridades hierarquicamente inferiores.

As portarias, enquanto atos administrativos, não estão autorizadas a extrapolar os limites dispostos nas leis e em seus regulamentos. De fato, os "limites legais do regulamento são os dispositivos do texto legal regulamentado; os limites legais da portaria encontram-se em texto anterior, por esta dinamizado"⁶.

Artigo 17 – Período de investigação de dano

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 17. O período de investigação de dano compreenderá 60 (sessenta) meses, divididos em cinco intervalos de 12 (doze) meses, preferencialmente encerrados em março, junho, setembro ou dezembro, sendo que o intervalo mais recente deverá, preferencialmente, coincidir com o período de investigação de existência de subsídio, e os outros quatro intervalos compreenderão sucessivamente os doze meses anteriores aos primeiros.	Art. 17. O período de investigação de dano compreenderá 60 (sessenta) meses, divididos em cinco intervalos de 12 (doze) meses, preferencialmente encerrados em março, junho, setembro ou dezembro, sendo que o intervalo mais recente deverá, preferencialmente se possível , coincidir com o período de investigação de existência de subsídio, e os outros quatro intervalos compreenderão sucessivamente os doze meses anteriores aos primeiros.
§ 1º O peticionário terá até o último dia útil do quarto mês subsequente ao encerramento do período de investigação de dano para protocolar a petição.	§ 1º O peticionário terá até o último dia útil do quarto mês subsequente ao encerramento do período de investigação de dano para protocolar a petição.
§ 2º Em circunstâncias excepcionais, devidamente justificadas, o período de investigação de dano poderá ser inferior a sessenta meses, mas nunca inferior a trinta e seis meses.	§ 21 º Em circunstâncias excepcionais, devidamente justificadas, o período de investigação de dano poderá ser inferior a sessenta meses, mas nunca inferior a trinta e seis meses.
§ 3º O período de investigação de dano incluirá necessariamente o período de investigação da existência de subsídio.	§ 32 º O período de investigação de dano incluirá necessariamente o período de investigação da existência de subsídio.
	§ 4º A petição que contenha período de investigação de dano encerrado em mês distinto do disposto no caput será conhecida pela autoridade investigadora.

Justificativa:

Entende-se que as normativas hierarquicamente superiores não dispõem sobre meses de referência para o período de investigação de dano, diferentemente do observado nos procedimentos envolvendo dumping (previsão expressa no artigo 48 do Decreto nº 8.058, de 2013).

⁵ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**, 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 377.

⁶ CRETELLA JÚNIOR, J. Valor jurídico da portaria. **Revista de Direito Administrativo**, v. 117, 1974, p. 455.

No entanto, reconhecendo os potenciais impactos positivos para a organização dos trabalhos tanto da autoridade investigadora quanto da indústria doméstica peticionária, sugere-se a inclusão de um quarto parágrafo ao artigo visando ratificar o caráter não vinculante das janelas temporais às quais se refere o caput.

Nota-se, ainda, que o Decreto nº 1.751, de 1995, estabelece tão somente a obrigatoriedade de que o período de investigação do subsídio esteja incluído no período de avaliação do dano à indústria doméstica, sem especificar, temporalmente, o momento de coincidência entre eles – diferentemente do que se observa no Decreto nº 8.058, de 2013 (artigo 48). Dessa maneira, sugere-se a substituição do termo “preferencialmente” pela expressão “se possível” de modo a garantir que não sejam criadas obrigações sem respaldo em normativa hierarquicamente superior.

Complementarmente, observa-se que o Decreto nº 1.751, de 1995, não estabelece a obrigatoriedade de protocolo de petições de investigação original de subsídios nos moldes propostos pelo parágrafo primeiro do presente artigo. Sendo assim, sugere-se a retomada da linguagem prevista no artigo 35 do Decreto nº 1.751, de 1995, e a exclusão do parágrafo 1º, na hipótese de que o novo Decreto de subsídios não disponha sobre essas obrigações ou de que referido Decreto, mesmo que venha a conter essas regras, somente seja promulgado após a publicação da nova portaria.

Com essas mudanças, entende-se que a SECEX não incorreria no risco de extrapolar sua competência de “regulamentar os procedimentos relativos às investigações de defesa comercial e às avaliações de interesse público” nos termos do inciso VIII do artigo 91 do Decreto nº 9.745, de 2019.

No que diz respeito ao potencial de extrapolação de competência pela SECEX, cumpre mencionar os limites que as portarias, ato regulamentador usualmente empregado órgão, possuem dentro do ordenamento jurídico. O inciso II do artigo 5º da Constituição Federal estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, reforçando o papel dos atos legislativos como principal instrumento de enumeração de direitos e deveres. A legalidade, portanto, é um dos princípios que deve ser observado pela Administração Pública no que tange aos seus trabalhos (artigo 37).

Diversos são os tipos de atos administrativos que podem ser utilizados para concretizar os preceitos previstos em lei. No entanto, tais atos podem assumir funções distintas e estão organizados de forma hierárquica, de modo que os atos emanados do Chefe do Poder Executivo ocupam o topo dessa organização⁷. Na prática contemporânea, em especial no campo de defesa comercial, decretos têm sido as formas comuns de regulamentação utilizadas pela Presidência da República, sendo então detalhados por atos de autoridades hierarquicamente inferiores.

As portarias, enquanto atos administrativos, não estão autorizadas a extrapolar os limites dispostos nas leis e em seus regulamentos. De fato, os “limites legais do regulamento são os dispositivos do texto legal regulamentado; os limites legais da portaria encontram-se em texto anterior, por esta dinamizado”⁸.

⁷ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**, 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 377.

⁸ CRETELLA JÚNIOR, J. Valor jurídico da portaria. **Revista de Direito Administrativo**, v. 117, 1974, p. 455.



Artigo 18 – Indeferimento de petições em desacordo com prazos

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 18. Os períodos considerados para fins dos arts. 16 e 17 deverão ser indicados na petição.	Art. 18. Os períodos considerados para fins dos arts. 16 e 17 deverão ser indicados na petição.
Parágrafo único. O peticionário que apresentar a petição fora dos prazos mencionados nesta Seção terá sua petição indeferida, sendo-lhe facultado submeter nova petição com os períodos de investigação atualizados.	Parágrafo único. O peticionário que apresentar a petição fora dos prazos mencionados nesta Seção terá sua petição indeferida, sendo-lhe facultado submeter nova petição com os períodos de investigação atualizados.

Justificativa:

Considerando-se os aspectos já discutidos nas justificativas relativas aos artigos 16 e 17 da minuta de portaria, sugere-se a exclusão do parágrafo único ao artigo 18, na hipótese de que o novo Decreto de subsídios não disponha sobre essas obrigações ou de que referido Decreto, mesmo que venha a conter essas regras, somente seja promulgado após a publicação da nova portaria.

Artigo 20 – Processo produtivo no país a ser investigado

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 20. O processo produtivo no país em questão deverá ser descrito detalhadamente. Caso haja mais de uma rota de produção, tal circunstância deverá ser esclarecida e, se possível, deverá ser especificada a rota utilizada por cada empresa produtora estrangeira.	Art. 20. O processo produtivo no país em questão deverá ser descrito detalhadamente, dentro dos limites razoáveis ao alcance do peticionário. Caso haja mais de uma rota de produção, tal circunstância deverá ser esclarecida e, se possível, deverá ser especificada a rota utilizada por cada empresa produtora estrangeira.

Justificativa:

A sugestão de alteração tem como objetivo reiterar o princípio da razoabilidade, presente na minuta de portaria, como elemento a ser observado pela Administração Pública Federal nos processos administrativos, tal como previsto na Lei nº 9.784, de 1999. Entende-se que informações sobre o processo produtivo em países estrangeiros podem não ser disponibilizados de forma transparente e acessível à indústria doméstica peticionária. Além disso, uma vez que seja iniciado o procedimento de defesa comercial, esse e outros dados poderão ser solicitados aos produtores e exportadores estrangeiros investigados, os quais estarão mais aptos a fornecê-los.



Artigo 36 – Qualificação de empresas apoiadoras da petição

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 36. No caso de a petição ser apresentada por entidade de classe, o peticionário deverá informar a razão social e endereço das empresas que manifestaram apoio à petição (coluna A do Apêndice I).	Art. 36. No caso de a petição ser apresentada por entidade de classe, o O peticionário deverá informar a razão social e endereço das empresas que manifestaram apoio à petição (coluna A do Apêndice I).

Justificativa:

Propõe-se a exclusão do trecho que destaca a necessidade de qualificação (indicação de razão social e endereço) das empresas que apoiam a petição apresentada por entidade de classe. As normativas hierarquicamente superiores (Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias e Decreto nº 1.751, de 2021) estabelecem como um dos requisitos para admissibilidade de petições, nos procedimentos envolvendo subsídios, a demonstração de apoio pelos produtores que compõem a indústria doméstica, sem criar uma distinção entre os pleitos apresentados ou não via entidades representativas.

Artigo 37 – Consideração de petições condicionada à apresentação de determinados dados

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 37. A manifestação de apoio à petição, referida na coluna A do Apêndice I, somente será considerada quando acompanhada de informação correspondente ao volume ou valor de produção e ao volume de vendas no mercado interno durante o período de investigação de dano, identificada individualmente para cada empresa.	Art. 37. A manifestação de apoio à petição, referida na coluna A do Apêndice I, somente será considerada quando acompanhada de informação correspondente ao volume e ao ou valor de produção do produto similar e ao volume de vendas no mercado interno durante o período de investigação de dano, identificada individualmente para cada empresa.

Justificativa:

Propõe-se a adequação do dispositivo aos ditames do Decreto nº 1.751, de 1995 a fim de garantir sua compatibilidade com o ordenamento jurídico vigente. O artigo 25 do referido decreto estabelece os requisitos a serem observados na elaboração de petições de investigação de subsídios. No que diz respeito aos aspectos envolvendo a capacidade de peticionamento, pela indústria doméstica ou em seu nome, destaca-se a existência de obrigatoriedade de que sejam fornecidas tão somente informações sobre volume e o valor da produção do produto similar ao importado a ser investigado – entendimento refletido no próprio Apêndice I da minuta de portaria. Tal obrigação abarca tanto as empresas representadas na petição (alínea a, § 1º, artigo 25), como outros produtores conhecidos e não representados (alínea c, § 1º, artigo 25). Cumpre mencionar que, com relação às empresas não representadas na petição, os dados sobre produção devem ser acompanhados pela manifestação quanto ao eventual apoio ao pleito.



Artigo 39 – Dados para determinação de dano e apoio à petição

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 39. A petição deverá conter os dados necessários à determinação do dano à indústria doméstica relativos aos produtores domésticos que manifestaram expressamente seu apoio à petição. Parágrafo único. A manifestação de apoio expresso à petição está condicionada à apresentação de todos os dados necessários à determinação de dano.	Art. 39. A petição deverá conter os dados necessários à determinação do dano à indústria doméstica relativos aos produtores domésticos que manifestaram expressamente seu apoio à petição e estejam nela representados . Parágrafo único. A manifestação de apoio expresso à petição está condicionada à apresentação de todos os dados necessários à determinação de dano pelas empresas nela representadas .

Justificativa:

Nota-se que a disposição guarda semelhança com previsões do Decreto nº 8.058, de 2013 (Decreto Antidumping), mas que não estão respaldadas no Decreto nº 1.751, de 1995 (Decreto de Subsídios).

De um lado, a normativa sobre subsídios estabelece que empresas não representadas na petição podem aportar tão somente dados de produção acompanhados da sua opinião (favorável ou contrária) sobre eventuais pleitos (§1º do artigo 25). Por outro lado, a definição de indústria doméstica para fins de determinação de dano (conforme o artigo 16 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias – ASMC) não se confunde com os requisitos para constatação sobre se uma petição foi apresentada pela indústria doméstica ou em seu nome (artigo 11 do ASMC), sendo questionável o estabelecimento dessa sobreposição – especialmente via instrumento de portaria.

Sugere-se, dessa maneira, a adequação do texto da minuta, de modo que ele preveja a obrigatoriedade de apresentação de dados para determinação de dano por empresas que apoiam a petição e que estejam representadas nela, tendo em vista o seu interesse na abertura da investigação e a consequente disposição para arcar com o ônus de apresentação de informações.

Artigo 43 – Formas de concorrência no mercado global

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 43. A petição deverá conter informações sobre as formas de concorrência predominantes no mercado global, incluindo informações sobre:	Art. 43. Dentro dos limites razoáveis ao alcance do peticionário , a petição deverá conter informações sobre as formas de concorrência predominantes no mercado global, incluindo informações sobre:
I - características gerais da demanda e da oferta do produto objeto da investigação e do produto similar;	I - características gerais da demanda e da oferta do produto objeto da investigação e do produto similar;



II - acordos de comercialização conhecidos e distribuição do produto no mercado global;	II - acordos de comercialização conhecidos e distribuição do produto no mercado global;
III - clientes, usuários e consumidores típicos do produto;	III - clientes, usuários e consumidores típicos do produto;
IV - existência de segmentação de mercado, como segmentação geográfica ou de produto;	IV - existência de segmentação de mercado, como segmentação geográfica ou de produto;
V - causas da variabilidade da demanda, como flutuações sazonais, fatores que contribuem para o crescimento ou queda geral do mercado, regulação governamental e desenvolvimentos tecnológicos que afetam a demanda ou a produção; e	V - causas da variabilidade da demanda, como flutuações sazonais, fatores que contribuem para o crescimento ou queda geral do mercado, regulação governamental e desenvolvimentos tecnológicos que afetam a demanda ou a produção; e
VI - quaisquer outros fatores que influenciem o mercado.	VI - quaisquer outros fatores que influenciem o mercado.
Parágrafo único. O peticionário deverá identificar se há substitutos comercialmente significativos para o produto objeto da investigação disponíveis no mercado global.	Parágrafo único. O peticionário deverá, se possível , identificar se há substitutos comercialmente significativos para o produto objeto da investigação disponíveis no mercado global.

Justificativa:

A sugestão de alteração tem como objetivo reiterar o princípio da razoabilidade, presente na minuta de portaria, como elemento a ser observado pela Administração Pública Federal nos processos administrativos, tal como previsto na Lei nº 9.784, de 1999. Entende-se que informações sobre as formas de concorrência predominantes no mercado global, bem como sobre substitutos comercialmente significativos para o produto objeto da investigação disponíveis no mercado global, possam não estar ao alcance da indústria doméstica nacional – diferentemente dos dados relativos ao mercado nacional.

Além disso, nota-se que, ao solicitar essas informações, a minuta de portaria promove inovações que não estão previstas no Decreto nº 1.751, de 1995. Assim, não resta clara a motivação para que sejam apresentados os dados listados, motivo pelo qual sugere-se a flexibilização da linguagem do artigo e do parágrafo único.

Artigo 51 – Indícios sobre subsídios

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 51. A petição deverá conter indícios da existência de subsídio por meio da identificação de programas de subsídio, considerando como programa de subsídio	Art. 51. A petição deverá conter indícios da existência de subsídio por meio da identificação de programas de subsídio, considerando como programa de subsídio



<p>cada uma das ações, políticas, práticas ou intervenções governamentais, de nível nacional ou subnacional, individualmente identificáveis, e indicando para cada um desses programas:</p>	<p>cada uma das ações, políticas, práticas ou intervenções governamentais, de nível nacional ou subnacional, individualmente identificáveis, e indicando para cada um desses programas:</p>
<p>I - a autoridade outorgante responsável pela concessão e/ou pela administração do programa de subsídio;</p>	<p>I - a autoridade outorgante responsável pela concessão e/ou pela administração do programa de subsídio;</p>
<p>II - a descrição do programa de subsídio (objetivos, fontes dos recursos, montante total, natureza e operação);</p>	<p>II - a descrição do programa de subsídio (objetivos, fontes dos recursos, montante total, natureza e operação);</p>
<p>III - a forma de contribuição financeira ou sustentação de renda ou de preços conferida no âmbito do programa de subsídio, classificando-a como:</p>	<p>III - a forma de contribuição financeira ou sustentação de renda ou de preços conferida no âmbito do programa de subsídio, classificando-a como:</p>
<p>a) transferência direta de fundos (doações, empréstimos, aportes de capital, entre outros) ou potenciais transferências diretas de fundos (garantias de empréstimos, entre outros);</p>	<p>a) transferência direta de fundos (doações, empréstimos, aportes de capital, entre outros) ou potenciais transferências diretas de fundos (garantias de empréstimos, entre outros);</p>
<p>b) perdão ou não recolhimento de receitas públicas devidas (incentivos fiscais, entre outros);</p>	<p>b) perdão ou não recolhimento de receitas públicas devidas (incentivos fiscais, entre outros), não sendo consideradas como subsídios as isenções, em favor dos produtos destinados à exportação, de impostos ou taxas habitualmente aplicados ao produto similar quando destinado ao consumo interno, nem a devolução ou abono de tais impostos ou taxas, desde que o valor não exceda os totais devidos, de acordo com o Artigo XVI do GATT/1994 e os Anexos I a III do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias;</p>
<p>c) fornecimento pelo governo de bens ou serviços além daqueles destinados à infraestrutura geral, ou a aquisição de bens pelo governo;</p>	<p>c) fornecimento pelo governo de bens ou serviços além daqueles destinados à infraestrutura geral, ou a aquisição de bens pelo governo;</p>
<p>d) realização pelo governo de pagamentos a um mecanismo de financiamento para provimento de contribuição financeira, ou instrução ou confiança à entidade privada do provimento de contribuição financeira mediante o desempenho de uma ou mais</p>	<p>d) realização pelo governo de pagamentos a um mecanismo de financiamento para provimento de contribuição financeira, ou instrução ou confiança à entidade privada do provimento de contribuição financeira mediante o desempenho de uma ou mais</p>



<p>das funções descritas nas alíneas anteriores, as quais seriam normalmente incumbência do governo, e cuja prática não difira, de modo significativo, das práticas habitualmente seguidas pelos governos; ou</p> <p>e) sustentação de renda ou de preços que, direta ou indiretamente, contribua para aumentar exportações ou reduzir importações de um produto qualquer; e</p> <p>IV - a legislação, os regulamentos e outros documentos relevantes conhecidos referentes ao programa de subsídio, incluindo cópias da documentação.</p>	<p>das funções descritas nas alíneas anteriores, as quais seriam normalmente incumbência do governo, e cuja prática não difira, de modo significativo, das práticas habitualmente seguidas pelos governos; ou</p> <p>e) sustentação de renda ou de preços que, direta ou indiretamente, contribua para aumentar exportações ou reduzir importações de um produto qualquer; e</p> <p>IV - a legislação, os regulamentos e outros documentos relevantes conhecidos referentes ao programa de subsídio, incluindo cópias da documentação.</p>
	<p>Parágrafo único. A indicação da forma de contribuição financeira ou sustentação de renda ou de preços conferida no âmbito do programa de subsídio referida no inciso III do artigo poderá ser revista ao longo do processo de investigação e classificações incorretas não servirão de motivação para arquivamento de processo sem análise de mérito.</p>

Justificativa:

A primeira alteração, no item b do inciso III, visa retomar a linguagem prevista no artigo 4º, inciso II, alínea b), do Decreto nº 1.751, de 1995.

A inclusão do parágrafo único, por sua vez, tem como objetivo reiterar o princípio da razoabilidade, presente na minuta de portaria, como elemento a ser observado pela Administração Pública Federal nos processos administrativos, tal como previsto na Lei nº 9.784, de 1999. Vislumbram-se cenários em que a indústria doméstica peticionária de investigações possa enfrentar desafios relacionados à correta classificação das formas de contribuição financeira ou sustentação de renda ou de preços – tais como a eventual complexidade de programas e sistemas legais estrangeiros e barreiras linguísticas.

Nesse sentido, propõe-se a inclusão de disposição que garanta a possibilidade de que investigações iniciadas com base em classificações revistas ao longo do processo não sejam arquivadas sem análise de mérito, reconhecendo-se a importância da colaboração necessária entre a autoridade investigadora e as partes interessadas ao longo do processo e se preservando a sua segurança jurídica.



Capítulo III – Da apuração de montante de subsídio e de direito compensatório

Comentários gerais:

A construção do Capítulo III denota os esforços de pesquisa e a atenção oferecida pela autoridade aos desenvolvimentos realizados em matéria de subsídios por outros países/blocos. Em que pese a relevância dos assuntos abordados (definição e cálculo dos diferentes tipos de subsídios), manifestamos preocupação a respeito dos limites para promoção das inovações propostas via portaria da SECEX, assim como acerca da própria adoção de um instrumento normativo como uma portaria para fazê-lo.

Nesse sentido, cumpre mencionar o emprego de linguagem contraditória das disposições presentes no capítulo, ora expressando o caráter vinculante das metodologias, ora indicando que estas possuem caráter meramente ilustrativo, conforme observado nos exemplos abaixo:

*Art. 123. As metodologias de cálculo de montante de subsídios com vistas à aplicação de direitos compensatórios **deverão estar em conformidade com o disposto neste Capítulo.***

Art. 139. Em suas determinações, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público levará em consideração todas as circunstâncias relevantes do caso concreto e apresentará de forma detalhada as metodologias de cálculos do benefício apurado no âmbito de cada programa de subsídio investigado.

§1º ...

*§2º **As metodologias de cálculo previstas na Seção II e na Seção III deste Capítulo têm caráter ilustrativo e não exaustivo, de modo que não limitam a prerrogativa de a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público apurar montante de subsídio quando os fatos do caso concreto estabelecerem que uma contribuição financeira, ou qualquer forma de sustentação de renda ou preço, conferiu um benefício, ainda que esse benefício não seja apurado exatamente conforme especificado nesta Subseção, em conformidade com os princípios estabelecidos no Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC. (grifos nossos)***

Não tendo sido publicada a versão final de novo decreto sobre subsídios e medidas compensatórias, não está claro em que medida as propostas dispostas no Capítulo III como um todo terão amparo normativo para sua existência, com exceção daquelas que já constam no texto do atual Decreto nº 1.751, de 1995⁹.

Nesse sentido, cumpre mencionar os limites que as portarias, ato regulamentador usualmente empregado pela SECEX, possuem dentro do ordenamento jurídico. O inciso II do artigo 5º da Constituição Federal estabelece que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei", reforçando o papel dos atos legislativos como principal instrumento de enumeração de direitos e deveres. A legalidade, portanto, é um dos princípios que deve ser observado pela Administração Pública no que tange aos seus trabalhos (artigo 37).

⁹ Os artigos de 229 e 230 da minuta em consulta pública dispõem sobre os limites de uso de duplos remédios (medidas compensatórias e antidumping) para compensar uma mesma situação, tema que guarda relação com o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, em inglês) de 1994 e se encontra amparado pelo § 2º do artigo 1º do Decreto nº 1.751, de 1995. Nesse contexto, a transferência do conteúdo sobre as metodologias de cálculo para guias/manuais não vinculantes não ocorreria em prejuízo a direitos e obrigações já estabelecidos.

Diversos são os tipos de atos administrativos que podem ser utilizados para concretizar os preceitos previstos em lei. No entanto, tais atos podem assumir funções distintas e estão organizados de forma hierárquica, de modo que os atos emanados do Chefe do Poder Executivo ocupam o topo dessa organização¹⁰. Na prática contemporânea, em especial no campo de defesa comercial, decretos têm sido as formas comuns de regulamentação utilizadas pela Presidência da República, sendo então detalhados por atos de autoridades hierarquicamente inferiores.

As portarias, enquanto atos administrativos, não estão autorizadas a extrapolar os limites dispostos nas leis e em seus regulamentos. De fato, os "limites legais do regulamento são os dispositivos do texto legal regulamentado; os limites legais da portaria encontram-se em texto anterior, por esta dinamizado"¹¹.

Nesse sentido, nota-se que a minuta de portaria detalha pontos, propõe definições e estabelece metodologias que extrapolam os ditames existentes nas normativas hierarquicamente superiores, de forma a restringir os limites de conceitos abstratos (a serem considerados casuisticamente) e possibilidades de práticas a disposição das partes interessadas nos procedimentos de subsídios e medidas compensatórias. Sendo assim, seria instrumento inadequado para endereçar os pontos propostos, visto que "portaria não pode contrariar princípios gerais do direito (...); não pode criar situações de privilégio (...); não pode ab-rogar ou modificar normas contidas no texto básico dinamizado; não pode criar direitos novos ou obrigações novas, não estabelecidos no texto básico; não pode ordenar ou proibir o que o texto fundamental ordena, ou não proíbe; não pode facultar, ou proibir diversamente do que o texto básico estabelecer"¹².

Complementarmente, mesmo que admitida a hipótese de que certos aspectos abordados na minuta de portaria quanto às metodologias de cálculo de subsídios possam ter caráter meramente ilustrativo e não vinculante, nota-se que poderia estar ocorrendo uma concorrência de competências entre a SECEX e a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), órgão composto por Ministro de Estados e pelo próprio Presidente da República. De acordo com o inciso X do artigo 7º do Decreto nº 10.044, de 2019, compete ao Comitê-Executivo de Gestão (GECEX), órgão executivo da CAMEX, o estabelecimento de diretrizes para investigações de defesa comercial. Nesse sentido, tendo em vista o caráter estratégico do colegiado e sua posição estratégica no sistema de defesa comercial, entende-se que o órgão também seria o emissor mais apropriado de eventuais prescrições ilustrativas e orientadoras sobre a apuração de subsídios e de montantes de direitos compensatórios.

A minuta de portaria em consulta pública também propõe a normatização de definições e critérios que estão em disputa no âmbito do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) e que podem, assim, ser objeto de revisão no futuro, como o conceito de "órgão público".

Nota-se que os termos propostos refletem entendimentos emanados pelo Órgão de Apelação, como nos casos DS103 (*Canada — Measures Affecting the Importation of Milk and the Exportation of Dairy Products*); DS379 (*United States — Definitive Anti-Dumping and Countervailing Duties on Certain Products from China*); e DS436 (*United States — Countervailing Measures on Certain Hot-Rolled Carbon Steel Flat Products from India*). Ainda assim, comentários sobre essas interpretações enfatizam o caráter casuístico de avaliações a respeito da conduta ou não de entidades como órgãos públicos¹³. Isso porque, conforme discutido no caso

¹⁰ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**, 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 377.

¹¹ CRETELLA JÚNIOR, J. Valor jurídico da portaria. **Revista de Direito Administrativo**, v. 117, 1974, p. 455.

¹² CRETELLA JÚNIOR, J. Valor jurídico da portaria. **Revista de Direito Administrativo**, v. 117, 1974, p. 455.

¹³ Ver Van den Bossche, P., & Zdouc, W. (2017). **The Law and Policy of the World Trade Organization: Text, Cases and Materials** (4th ed.). Cambridge: Cambridge University Press.



United States — Definitive Anti-Dumping and Countervailing Duties on Certain Products from China, o Órgão de Apelação reconheceu que os contornos e características de um órgão público estão fadados a divergir quando analisados para diferentes entidades, Estados e casos. Além disso, avaliando o mérito de evidências sobre o governo como proprietário de entidades, no caso *United States — Countervailing Measures on Certain Hot-Rolled Carbon Steel Flat Products from India*, o órgão ratificou interpretação anterior no sentido de que autoridades investigadoras devem evitar focar exclusiva e excessivamente em qualquer característica particular sem a devida consideração a outras que possam ser relevantes.

Às ressalvas feitas pela jurisprudência internacional destacadas, soma-se o fato de haver ao menos quatro disputas com relatórios apelados por membros da OMC que aguardam apreciação pela segunda instância do órgão e que tratam do assunto (DS541 *India — Export Related Measures*; DS533 *United States — Countervailing Measures on Softwood Lumber from Canada*; DS523 *United States — Countervailing Measures on Certain Pipe and Tube Products*; e DS476 *European Union and its Member States — Certain Measures Relating to the Energy Sector*). Por consequência, é possível depreender dessas breves considerações que interpretações sobre o conceito de órgão público, de modo mais específico, assim como outras disposições diversas presentes no Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias, seguem em evolução.

Nesse sentido, reconhecendo o esforço da autoridade em buscar nas experiências internacionais as melhores práticas na condução de processos antissubsídios, sugere-se a exclusão do Capítulo III e a transferência do seu conteúdo para materiais não vinculantes, como guias e manuais. A prática estaria alinhada com a atuação da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (Sdcom), desde 2019, em prol da transparência e disseminação de informações técnicas sobre defesa comercial. Além disso, referida abordagem atenderia ao disposto no artigo 96 Decreto nº 9.745, de 2019, que inclui, dentre outras atribuições da Sdcom, a de “XIII - elaborar material técnico para orientação e divulgação dos mecanismos de defesa comercial”.

Ademais, a prática de adoção de guias/diretrizes não vinculantes no que diz respeito à apuração de montantes de subsídios e de medidas compensatórias pode ser verificada, por exemplo, na prática de usuários relevantes desse instrumento de defesa comercial. A União Europeia adotou, ainda em 1998, a [comunicação 98/C 394/04](#), de caráter não vinculante e que contém as “Diretrizes para o cálculo do montante de subsídios em investigações para aplicação de medidas compensatórias” (tradução livre). A Austrália, por sua vez, também mantém materiais informativos diversos envolvendo defesa comercial, como o [“Manual sobre dumping e subsídio”](#) (tradução livre), publicado em 2013 e constantemente atualizado, e as [“Diretrizes para aplicação de formas direitos antidumping”](#) (tradução livre), que orientam os trabalhos da autoridade australiana sobre o assunto.



Capítulo IV – Das petições de revisão do direito por alteração de circunstâncias

Comentários gerais:

Trata-se de inovação oportuna na medida em que o procedimento carece de implementação não apenas para direitos compensatórios, mas também para direitos antidumping. Outros avanços considerados positivos dizem respeito: (i) à possibilidade de utilização pelas partes interessadas de informações obtidas a partir de determinações feitas por autoridades de defesa comercial estrangeiras (parágrafo primeiro do artigo 241); (ii) à previsão de que sejam indicados, da forma mais detalhada possível, os aspectos específicos de relevância nos documentos apresentados pelas partes (parágrafos terceiro e quarto do artigo 241) – medida que tende a agregar maior eficiência ao procedimento; (iii) ao detalhamento sobre os diferentes tipos de informação a serem apresentadas para as diferentes hipóteses previstas para a extinção e alteração de direitos vigentes; e (iv) às disposições específicas para indústrias fragmentadas (artigos 236 e 250).

Artigo 233 – Partes interessadas que podem protocolar petição de revisão

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 233. Qualquer parte interessada na investigação original ou na última revisão de direito compensatório em que tenha sido investigada a existência de subsídio, dano e do nexo de causalidade entre ambos poderá protocolar petição de revisão do direito por alteração de circunstâncias, inclusive o governo do país exportador.	Art. 233. Qualquer parte interessada na investigação original ou na última revisão de direito compensatório em que tenha sido investigada a existência de subsídio, dano e do nexo de causalidade entre ambos poderá protocolar petição de revisão do direito por alteração de circunstâncias, inclusive o governo do país exportador, órgão ou entidade da Administração Pública Federal e a SECEX.

Justificativa:

Propõe-se a retomada da linguagem presente no caput do artigo 68 do Decreto nº 1.751, de 1995, segundo o qual o governo brasileiro, por meio da SECEX ou de outros órgãos e entidades da Administração Pública, também dispõe da prerrogativa de peticionar a abertura de revisões por alteração de circunstância.

Artigo 251 – Cálculo de novo montante de subsídios

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 251. Petições que envolvam o cálculo de novo montante de subsídios deverão incluir, entre outras informações, indícios de modificação relevante dos montantes de subsídios acionáveis, incluindo: I - indícios da modificação dos programas relativos aos subsídios concedidos durante o	Art. 251. Petições que envolvam o cálculo de novo montante de subsídios deverão incluir, na medida do possível , entre outras informações, indícios de modificação relevante dos montantes de subsídios acionáveis, incluindo: I - indícios da modificação dos programas relativos aos subsídios concedidos durante o



período de revisão;	período de revisão;
II - metodologias de cálculo do montante de subsídio; e	II - metodologias de cálculo do montante de subsídio; e
III - estimativa do montante de subsídios por volume exportado do produto objeto do direito compensatório para o Brasil.	III - estimativa do montante de subsídios por volume exportado do produto objeto do direito compensatório para o Brasil.
§ 1º O peticionário deverá preencher o Apêndice IV e apresentar quaisquer outras informações que venham a fundamentar os indícios de modificação relevante dos montantes de subsídios e os cálculos apresentados.	§ 1º O peticionário deverá preencher o Apêndice IV e apresentar quaisquer outras informações que venham a fundamentar os indícios de modificação relevante dos montantes de subsídios e os cálculos apresentados.
§ 2º Caso seja iniciada uma revisão de alteração de circunstâncias que envolva novo montante de subsídios, os produtores/exportadores poderão receber questionário para apuração do montante de subsídios do período de revisão.	§ 2º Caso seja iniciada uma revisão de alteração de circunstâncias que envolva novo montante de subsídios, os produtores/exportadores poderão receber questionário para apuração do montante de subsídios do período de revisão.

Justificativa:

A sugestão de alteração tem como objetivo reiterar o princípio da razoabilidade, presente na minuta de portaria, como elemento a ser observado pela Administração Pública Federal nos processos administrativos, tal como previsto na Lei nº 9.784, de 1999. Considerando que a minuta de a possibilidade de envio de questionários às partes estrangeiras (§ 2º do mesmo artigo), sugere-se que o caput do artigo seja alterado de modo a contemplar as dificuldades que partes interessadas domésticas possam vir a enfrentar ao estimar montantes de subsídios (e eventuais mudanças) concedidos por governos estrangeiros.

ARTIGO NOVO – Princípio da razoabilidade

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
-	Art. (a definir). A petição deverá conter informações que estejam razoavelmente disponíveis ao peticionário.

Justificativa:

A sugestão de novo artigo tem como objetivo reiterar o princípio da razoabilidade, presente na minuta de portaria, como elemento a ser observado pela Administração Pública Federal nos processos administrativos, tal como previsto na Lei nº 9.784, de 1999. Visando o paralelismo com as disposições sobre investigações originais e revisões de final de período, presentes na mesma minuta de portaria (artigos 15 e 259), sugere-se a reprodução do texto para o capítulo de revisões por alteração de circunstâncias.



Capítulo V – Das petições de revisão de final de período

Comentários gerais:

Entre os avanços positivos introduzidos pela minuta de portaria, destacam-se: (i) o reconhecimento sobre o princípio da razoabilidade no que diz respeito à capacidade de coleta e organização de informações pela peticionária (artigo 259); (ii) a possibilidade de utilização pelas partes interessadas de informações obtidas a partir de determinações feitas por autoridades de defesa comercial estrangeiras (parágrafo primeiro do artigo 282); (iii) a previsão de que sejam indicados, da forma mais detalhada possível, os aspectos específicos de relevância nos documentos apresentados pelas partes (parágrafos terceiro e quarto do artigo 282) – medida que tende a agregar maior eficiência ao procedimento; e (iv) as disposições específicas para indústrias fragmentadas (artigos 310 ao 313).

Artigo 253 – Prerrogativa para protocolo de petição

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 253. As petições de revisão de final de período de que trata o art. 67 do Decreto nº 1.751, de 1995 deverão ser solicitadas pela indústria doméstica, ou em seu nome, e elaboradas utilizando-se exclusivamente do formato presente neste Capítulo.	Art. 253. As petições de revisão de final de período de que trata o art. 67 do Decreto nº 1.751, de 1995 deverão ser solicitadas pela indústria doméstica ou em seu nome, por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal ou por iniciativa da SECEX , e elaboradas utilizando-se exclusivamente do formato presente neste Capítulo.

Justificativa:

Propõe-se a retomada da linguagem presente no caput do artigo 68 do Decreto nº 1.751, de 1995, segundo o qual o governo brasileiro, por meio da SECEX ou de outros órgãos e entidades da Administração Pública, também dispõe da prerrogativa de peticionar a abertura de revisões por alteração de circunstância.

Artigos 254 e 260 – Revisão de final de período concomitante com revisão por alteração de circunstâncias

Redação da minuta	Redação da minuta
Art. 254. A petição de revisão de final de período deverá conter indícios de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada da concessão de subsídios e do dano dela decorrente.	Art. 254. A petição de revisão de final de período deverá conter indícios de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada da concessão de subsídios e do dano dela decorrente.
Parágrafo único. Caso o peticionário da revisão de final de período pleiteie a alteração do direito compensatório, deverá ser protocolada, simultaneamente, petição de revisão do direito por alteração das	Parágrafo único. Caso o peticionário da revisão de final de período pleiteie a alteração do direito compensatório, deverá ser protocolada, simultaneamente, petição de revisão do direito por alteração das

<p>circunstâncias, em conformidade com o estabelecido na Subseção II da Seção IV do Capítulo IV desta Portaria, com vistas à alteração do montante do direito compensatório em vigor nos termos do Artigo 21.2 do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias.</p>	<p>circunstâncias, em conformidade com o estabelecido na Subseção II da Seção IV do Capítulo IV desta Portaria, com vistas à alteração do montante do direito compensatório em vigor nos termos do Artigo 21.2 do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias.</p>
<p>Art. 260. Uma vez iniciada a revisão de final de período, outras partes interessadas no processo de revisão de final de período poderão protocolar petição de início de revisão do direito por alteração de circunstâncias, com vistas à alteração do montante do direito compensatório em vigor nos termos do Artigo 21.2 do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias.</p>	<p>Art. 260. Uma vez iniciada a revisão de final de período, outras partes interessadas no processo de revisão de final de período poderão protocolar petição de início de revisão do direito por alteração de circunstâncias, com vistas à alteração do montante do direito compensatório em vigor nos termos do Artigo 21.2 do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias.</p>
<p>§1º A petição referida no caput deverá observar o disposto no Capítulo IV desta Portaria, em especial os artigos constantes na Subseção II da Seção IV de referido Capítulo.</p>	<p>§1º A petição referida no caput deverá observar o disposto no Capítulo IV desta Portaria, em especial os artigos constantes na Subseção II da Seção IV de referido Capítulo.</p>
<p>§2º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá conduzir os processos de revisão de final de período e de alteração de circunstâncias de forma simultânea ou combinada.</p>	<p>§2º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá conduzir os processos de revisão de final de período e de alteração de circunstâncias de forma simultânea ou combinada.</p>
<p>§3º Para que os processos sejam conduzidos de forma simultânea ou combinada, outras partes interessadas deverão apresentar a petição de início da revisão do direito por alteração de circunstâncias no prazo de até 90 dias do início da revisão de final de período, salvo se o peticionário da revisão de final de período já tenha solicitado o início da revisão de alteração de circunstâncias, conforme previsto no parágrafo único do art. 254</p>	<p>§3º Para que os processos sejam conduzidos de forma simultânea ou combinada, outras partes interessadas deverão apresentar a petição de início da revisão do direito por alteração de circunstâncias no prazo de até 90 dias do início da revisão de final de período, salvo se o peticionário da revisão de final de período já tenha solicitado o início da revisão de alteração de circunstâncias, conforme previsto no parágrafo único do art. 254</p>
<p>§4º As revisões de alteração de circunstâncias deverão ser solicitadas por meio de petição escrita, devidamente fundamentada com base em indícios, conforme o disposto no Capítulo IV desta Portaria.</p>	<p>§4º As revisões de alteração de circunstâncias deverão ser solicitadas por meio de petição escrita, devidamente fundamentada com base em indícios, conforme o disposto no Capítulo IV desta Portaria.</p>
<p>§ 5º Somente por meio de revisões de</p>	<p>§5º Somente por meio de revisões de</p>



alteração das circunstâncias, o direito aplicado poderá ser alterado, nos termos § 5o do art. 68 do Decreto no 1.751, de 1995.	alteração das circunstâncias, o direito aplicado poderá ser alterado, nos termos § 5o do art. 68 do Decreto no 1.751, de 1995.
§ 6º Caso não seja conduzida revisão por alteração das circunstâncias de forma simultânea ou combinada, como resultado de uma revisão de final de período, o direito compensatório poderá ser extinto ou mantido.	§ 6º Caso não seja conduzida revisão por alteração das circunstâncias de forma simultânea ou combinada, como resultado de uma revisão de final de período, o direito compensatório poderá ser extinto ou mantido.
§ 7º A petição de revisão por alteração das circunstâncias apresentada por parte interessada na revisão de final de período deverá ser protocolada no âmbito do próprio processo administrativo referente à revisão de final de período.	§ 7º A petição de revisão por alteração das circunstâncias apresentada por parte interessada na revisão de final de período deverá ser protocolada no âmbito do próprio processo administrativo referente à revisão de final de período.

Justificativa:

A sugestão de exclusão dos artigos 254 e 261 da minuta em consulta pública tem como objetivo retirar a limitação de resultados possíveis para revisões de final de período. Assim, busca-se prever a possibilidade de que os processos possam também ter como recomendação a prorrogação de direitos compensatórios em montante distinto daquele vigente, caso seja comprovada que a sua extinção levaria muito provavelmente à continuação ou retomada do subsídio e do dano à indústria doméstica dele decorrente.

A sugestão de mudança no texto tem como respaldo, entre outros fatores: (i) a não proibição expressa dessa abordagem (seja pelo Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, seja pelo Decreto nº 1.751, de 1995); (ii) a prática, institucionalizada no sistema brasileiro de defesa comercial, que permite a abordagem na revisão de direitos antidumping; (iii) a promoção de maior eficiência na condução dos procedimentos de revisão pela autoridade investigadora; e (iv) a redução do ônus sobre as partes interessadas na revisão de direitos compensatórios.

Artigo 262 – Prazo para protocolo de petição

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 262. A petição de revisão de final de período deverá ser protocolada, no mínimo, quatro meses antes da data do término do período de vigência do direito, sob pena de a petição ser considerada intempestiva	Art. 262. A petição de revisão de final de período deverá ser protocolada, no mínimo, quatro cinco meses antes da data do término do período de vigência do direito, sob pena de a petição ser considerada intempestiva

Justificativa:

Sugere-se a alteração do prazo para protocolo de petição de final de período de modo a conciliar o texto da minuta de portaria com a previsão constante no Decreto nº 1.751, de 1995. O parágrafo primeiro ao artigo 67 do referido diploma legal prevê que:

Art. 67. O prazo de aplicação de que trata o artigo anterior poderá ser prorrogado após revisão, mediante requerimento, devidamente fundamentado, formulado pela indústria doméstica ou em seu nome, por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, ou por iniciativa SECEX, desde que demonstrado que a extinção dos direitos levaria, provavelmente, à continuação ou à retomada do subsídio acionável e do dano dele decorrente.

*1º O requerimento de que trata o caput deverá ser apresentado no prazo de **cinco meses antes da data do término da vigência referida** no art. 66, aplicando-se igualmente este prazo quando a iniciativa for da SECEX. **(grifos nossos)***

Entende-se que, se aprovada nos termos propostos pela minuta, a portaria poderia afetar a segurança jurídica em procedimentos iniciados a partir do protocolo de petições ocorrido no mês adicional oferecido à indústria doméstica. Isso porque outras partes interessadas, que eventualmente se sintam prejudicadas com decisões sobre a prorrogação de medidas compensatórias, poderiam questionar, inclusive no âmbito judicial, a validade de protocolos realizados intempestivamente, nos termos do Decreto nº 1.751, de 1995 – o qual estabelece, como já mencionado, o prazo de cinco meses antes da data de término da vigência da medida compensatória.

Nesse sentido, sugere-se a retomada da linguagem prevista no artigo 35 do Decreto nº 1.751, de 1995, na hipótese de que o novo Decreto de subsídios não disponha sobre essas obrigações ou de que referido Decreto, mesmo que venha a conter essas regras, somente seja promulgado após a publicação da nova portaria.

Artigo 263 – Período de revisão de subsídios

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 263. O período de revisão de continuação ou retomada da concessão de subsídios compreenderá 12 (doze) meses, preferencialmente encerrados em março, junho, setembro ou dezembro.	Art. 263. O período de revisão de continuação ou retomada da concessão de subsídios compreenderá 12 (doze) meses, preferencialmente encerrados em março, junho, setembro ou dezembro.
Parágrafo único. O período de revisão de	Parágrafo único. § 1º O período de revisão

continuação ou retomada da concessão de subsídios poderá coincidir com o ano fiscal mais recentemente encerrado e para o qual estejam disponíveis dados financeiros consolidados e outros dados contábeis confiáveis no país exportador.	de continuação ou retomada da concessão de subsídios poderá coincidir com o ano fiscal mais recentemente encerrado e para o qual estejam disponíveis dados financeiros consolidados e outros dados contábeis confiáveis no país exportador.
	§ 2º A petição que contenha período de revisão de continuação ou retomada da concessão de subsídios encerrado em mês distinto do disposto no caput será conhecida pela autoridade investigadora.

Justificativa:

Entende-se que as normativas hierarquicamente superiores não dispõem sobre meses de referência para o período de revisão de continuação ou retomada da concessão de subsídios, diferentemente do observado nos procedimentos envolvendo dumping (previsão expressa no Decreto nº 8.058, de 2013 – artigo 98, em conjunto com o artigo 48).

No entanto, reconhecendo os potenciais impactos positivos para a organização dos trabalhos tanto da autoridade investigadora, quanto da indústria doméstica peticionária, sugere-se a inclusão de um segundo parágrafo visando ratificar o caráter não vinculante das janelas temporais às quais se refere o caput.

Com essas mudanças, entende-se que a SECEX não incorreria no risco de extrapolar sua competência de “regulamentar os procedimentos relativos às investigações de defesa comercial e às avaliações de interesse público” nos termos do inciso VIII do artigo 91 do Decreto nº 9.745, de 2019.

Cumprе mencionar os limites que as portarias, ato regulamentador usualmente empregado pela SECEX, possuem dentro do ordenamento jurídico. O inciso II do artigo 5º da Constituição Federal estabelece que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei", reforçando o papel dos atos legislativos como principal instrumento de enumeração de direitos e deveres. A legalidade, portanto, é um dos princípios que deve ser observado pela Administração Pública no que tange aos seus trabalhos (artigo 37).

Diversos são os tipos de atos administrativos que podem ser utilizados para concretizar os preceitos previstos em lei. No entanto, tais atos podem assumir funções distintas e estão organizados de forma hierárquica, de modo que os atos emanados do Chefe do Poder Executivo ocupam o topo dessa organização¹⁴. Na prática contemporânea, em especial no campo de defesa comercial, decretos têm sido as formas comuns de regulamentação utilizadas pela Presidência da República, sendo então detalhados por atos de autoridades hierarquicamente inferiores.

As portarias, enquanto atos administrativos, não estão autorizadas a extrapolar os limites dispostos nas leis e em seus regulamentos. De fato, os "limites legais do regulamento são os dispositivos do texto legal regulamentado; os limites legais da portaria encontram-se em texto anterior, por esta dinamizado"¹⁵.

¹⁴ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**, 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 377.

¹⁵ CRETELLA JÚNIOR, J. Valor jurídico da portaria. **Revista de Direito Administrativo**, v. 117, 1974, p. 455.



Artigo 264 – Período de revisão de dano

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 264. O período de revisão de continuação ou retomada do dano compreenderá 60 (sessenta) meses, divididos em cinco intervalos de 12 (doze) meses encerrados em março, junho, setembro ou dezembro, sendo que o intervalo mais recente deverá, preferencialmente, coincidir com o período de revisão de continuação ou retomada da concessão de subsídios, e os outros quatro intervalos compreenderão sucessivamente os doze meses anteriores aos primeiros.	Art. 264. O período de revisão de continuação ou retomada do dano compreenderá 60 (sessenta) meses, divididos em cinco intervalos de 12 (doze) meses preferencialmente encerrados em março, junho, setembro ou dezembro, sendo que o intervalo mais recente deverá, preferencialmente se possível , coincidir com o período de revisão de continuação ou retomada da concessão de subsídios, e os outros quatro intervalos compreenderão sucessivamente os doze meses anteriores aos primeiros.
	Parágrafo único. A petição que contenha período de revisão de continuação ou de retomada do dano encerrado em mês distinto do disposto no caput será conhecida pela autoridade investigadora.

Justificativa:

Entende-se que as normativas hierarquicamente superiores não dispõem sobre meses de referência para o período de revisão de continuação ou retomada da concessão do dano à indústria doméstica, diferentemente do observado nos procedimentos envolvendo dumping (previsão expressa no Decreto nº 8.058, de 2013 – artigo 98 lido em conjunto com o artigo 48).

No entanto, reconhecendo os potenciais impactos positivos para a organização dos trabalhos tanto da autoridade investigadora quanto da indústria doméstica peticionária, sugere-se a inclusão do termo “preferencialmente” no caput do artigo e um parágrafo único visando ratificar o caráter não vinculante das janelas temporais estabelecidas pela disposição.

Complementarmente, nota-se que o Decreto nº 1.751, de 1995, estabelece tão somente a obrigatoriedade de que o período de revisão de continuação ou retomada do subsídio esteja incluído no período de avaliação do dano à indústria doméstica, sem especificar, temporalmente, o momento de coincidência entre eles – diferentemente do que se observa no Decreto nº 8.058, de 2013 (artigo 48). Nesse sentido, sugere-se a substituição do termo “preferencialmente” pela expressão “se possível”, de modo a garantir que não sejam criadas obrigações sem respaldo em normativa hierarquicamente superior.

Com essas mudanças, entende-se que a SECEX não incorreria no risco de extrapolar sua competência de “regulamentar os procedimentos relativos às investigações de defesa comercial e às avaliações de interesse público” nos termos do inciso VIII do artigo 91 do Decreto nº 9.745, de 2019.

Cumpra mencionar os limites que as portarias, ato regulamentador usualmente empregado pela SECEX, possuem dentro do ordenamento jurídico. O inciso II do artigo 5º da Constituição Federal estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, reforçando o papel dos atos legislativos como principal instrumento de enumeração de direitos e deveres. A legalidade,

portanto, é um dos princípios que deve ser observado pela Administração Pública no que tange aos seus trabalhos (artigo 37).

Diversos são os tipos de atos administrativos que podem ser utilizados para concretizar os preceitos previstos em lei. No entanto, tais atos podem assumir funções distintas e estão organizados de forma hierárquica, de modo que os atos emanados do Chefe do Poder Executivo ocupam o topo dessa organização¹⁶. Na prática contemporânea, em especial no campo de defesa comercial, decretos têm sido as formas comuns de regulamentação utilizadas pela Presidência da República, sendo então detalhados por atos de autoridades hierarquicamente inferiores.

As portarias, enquanto atos administrativos, não estão autorizadas a extrapolar os limites dispostos nas leis e em seus regulamentos. De fato, os "limites legais do regulamento são os dispositivos do texto legal regulamentado; os limites legais da portaria encontram-se em texto anterior, por esta dinamizado"¹⁷.

Nesse sentido, nota-se que a minuta de portaria dispõe contrariamente aos ditames existentes nas normativas hierarquicamente superiores, de forma a restringir os limites de conceitos abstratos (a serem considerados casuisticamente) e possibilidades de práticas a disposição das partes interessadas nos procedimentos de subsídios e medidas compensatórias. Sendo assim, seria instrumento inadequado para endereçar os pontos propostos, visto que "portaria não pode contrariar princípios gerais do direito (...); não pode criar situações de privilégio (...); não pode ab-rogar ou modificar normas contidas no texto básico dinamizado; não pode criar direitos novos ou obrigações novas, não estabelecidos no texto básico; não pode ordenar ou proibir o que o texto fundamental ordena, ou não proíbe; não pode facultar, ou proibir diversamente do que o texto básico estabelecer"¹⁸.

Artigo 274 – Formas de concorrência no mercado global

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 274. A petição deverá conter informações sobre as formas de concorrência predominantes no mercado global, incluindo informações sobre:	Art. 274. Dentro dos limites razoáveis ao alcance do peticionário , a petição deverá conter informações sobre as formas de concorrência predominantes no mercado global, incluindo informações sobre:
I - características gerais da demanda e da oferta do produto objeto da investigação e do produto similar;	I - características gerais da demanda e da oferta do produto objeto da investigação e do produto similar;
II - acordos de comercialização conhecidos e distribuição do produto no mercado global;	II - acordos de comercialização conhecidos e distribuição do produto no mercado global;
III - clientes, usuários e consumidores típicos do produto;	III - clientes, usuários e consumidores típicos do produto;
IV - existência de segmentação de mercado, como segmentação geográfica ou de	IV - existência de segmentação de mercado, como segmentação geográfica ou de

¹⁶ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**, 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 377.

¹⁷ CRETELLA JÚNIOR, J. Valor jurídico da portaria. **Revista de Direito Administrativo**, v. 117, 1974, p. 455.

¹⁸ CRETELLA JÚNIOR, J. Valor jurídico da portaria. **Revista de Direito Administrativo**, v. 117, 1974, p. 455.



produto; 10	produto; 10
V - causas da variabilidade da demanda, como flutuações sazonais, fatores que contribuem para o crescimento ou queda geral do mercado, regulação governamental e desenvolvimentos tecnológicos que afetam a demanda ou a produção; e	V - causas da variabilidade da demanda, como flutuações sazonais, fatores que contribuem para o crescimento ou queda geral do mercado, regulação governamental e desenvolvimentos tecnológicos que afetam a demanda ou a produção; e
VI - quaisquer outros fatores que influenciem o mercado.	VI - quaisquer outros fatores que influenciem o mercado.
Parágrafo único. O peticionário deverá identificar se há substitutos comercialmente significativos para o produto objeto da investigação disponíveis no mercado global.	Parágrafo único. O peticionário deverá, se possível , identificar se há substitutos comercialmente significativos para o produto objeto da investigação disponíveis no mercado global.

Justificativa:

A sugestão de alteração tem como objetivo reiterar o princípio da razoabilidade, presente na minuta de portaria, como elemento a ser observado pela Administração Pública Federal nos processos administrativos, tal como previsto na Lei nº 9.784, de 1999. Entende-se que informações sobre as formas de concorrência predominantes no mercado global, bem como sobre substitutos comercialmente significativos para o produto objeto da investigação disponíveis no mercado global, possam não estar ao alcance da indústria doméstica – diferentemente dos dados relativos ao mercado nacional.

Além disso, nota-se que, ao solicitar essas informações, a minuta de portaria promove inovações que não estão previstas no Decreto nº 1.751, de 1995. Assim, não resta clara a motivação para que sejam apresentados os dados listados, motivo pelo qual sugere-se a flexibilização da linguagem do artigo e do parágrafo único.

Artigo 284 – Informações sobre programas de subsídios identificados

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 284. Para cada um dos programas de subsídios identificados, a petição deverá necessariamente indicar:	Art. 284. Para cada um dos programas de subsídios identificados, a petição deverá necessariamente indicar:
I - a autoridade outorgante responsável pela concessão e/ou pela administração do programa de subsídio;	I - a autoridade outorgante responsável pela concessão e/ou pela administração do programa de subsídio;
II - a descrição do programa de subsídio (objetivos, fontes dos recursos, montante total, natureza e operação);	II - a descrição do programa de subsídio (objetivos, fontes dos recursos, montante total, natureza e operação);
III - a forma de contribuição financeira ou	III - a forma de contribuição financeira ou

<p>sustentação de renda ou de preços conferida no âmbito do programa de subsídio, classificando-a como:</p> <p>a) transferência direta de fundos (doações, empréstimos, aportes de capital, entre outros) ou potenciais transferências diretas de fundos (garantias de empréstimos, entre outros);</p> <p>b) perdão ou não recolhimento de receitas públicas devidas (incentivos fiscais, entre outros);</p> <p>c) fornecimento pelo governo de bens ou serviços além daqueles destinados à infraestrutura geral, ou a aquisição de bens pelo governo;</p> <p>d) realização pelo governo de pagamentos a um mecanismo de financiamento para provimento de contribuição financeira, ou instrução ou confiança à entidade privada do provimento de contribuição financeira mediante o desempenho de uma ou mais das funções descritas nas alíneas anteriores, as quais seriam normalmente incumbência do governo, e cuja prática não difira, de modo significativo, das práticas habitualmente seguidas pelos governos; ou</p> <p>e) sustentação de renda ou de preços que, direta ou indiretamente, contribua para aumentar exportações ou reduzir importações de um produto qualquer; e</p> <p>VI - a legislação, os regulamentos e outros documentos relevantes conhecidos referentes ao programa de subsídio, incluindo cópias da documentação.</p>	<p>sustentação de renda ou de preços conferida no âmbito do programa de subsídio, classificando-a como:</p> <p>a) transferência direta de fundos (doações, empréstimos, aportes de capital, entre outros) ou potenciais transferências diretas de fundos (garantias de empréstimos, entre outros);</p> <p>b) perdão ou não recolhimento de receitas públicas devidas (incentivos fiscais, entre outros), não sendo consideradas como subsídios as isenções, em favor dos produtos destinados à exportação, de impostos ou taxas habitualmente aplicados ao produto similar quando destinado ao consumo interno, nem a devolução ou abono de tais impostos ou taxas, desde que o valor não exceda os totais devidos, de acordo com o Artigo XVI do GATT/1994 e os Anexos I a III do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias;</p> <p>c) fornecimento pelo governo de bens ou serviços além daqueles destinados à infraestrutura geral, ou a aquisição de bens pelo governo;</p> <p>d) realização pelo governo de pagamentos a um mecanismo de financiamento para provimento de contribuição financeira, ou instrução ou confiança à entidade privada do provimento de contribuição financeira mediante o desempenho de uma ou mais das funções descritas nas alíneas anteriores, as quais seriam normalmente incumbência do governo, e cuja prática não difira, de modo significativo, das práticas habitualmente seguidas pelos governos; ou</p> <p>e) sustentação de renda ou de preços que, direta ou indiretamente, contribua para aumentar exportações ou reduzir importações de um produto qualquer; e</p> <p>VI - a legislação, os regulamentos e outros documentos relevantes conhecidos referentes ao programa de subsídio,</p>
---	---



	incluindo cópias da documentação.
	Parágrafo único. A indicação a forma de contribuição financeira ou sustentação de renda ou de preços conferida no âmbito do programa de subsídio referida no inciso III do artigo poderá ser revista ao longo processo de revisão e classificações incorretas não servirão de motivação para arquivamento de processo sem análise de mérito.

Justificativa:

A primeira alteração, no item b do inciso III, visa retomar a linguagem prevista no artigo 4º, inciso II, alínea b), do Decreto nº 1.751, de 1995.

A inclusão do parágrafo único, por sua vez, tem como objetivo reiterar o princípio da razoabilidade, presente na minuta de portaria, como elemento a ser observado pela Administração Pública Federal nos processos administrativos, tal como previsto na Lei nº 9.784, de 1999. Vislumbram-se cenários em que a indústria doméstica peticionária de investigações possa enfrentar desafios relacionados à correta classificação das formas de contribuição financeira ou sustentação de renda ou de preços – tais como a eventual complexidade de programas e sistemas legais estrangeiros e barreiras linguísticas.

Nesse sentido, propõe-se a inclusão de disposição que garanta a possibilidade de que revisões iniciadas com base em classificações que tenham sido reavaliadas ao longo do processo não sejam arquivadas sem análise de mérito, reconhecendo-se a importância da colaboração necessária entre autoridade e partes interessadas ao longo do processo e se preservando a sua segurança jurídica.

Artigo 310 – Indicadores de desempenho

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 310. O peticionário da revisão de final de período deverá apresentar, de forma sequencial, as respostas a cada um dos artigos da Seção XII do Capítulo II desta Portaria e preencher as tabelas de cada um dos apêndices indicados nos referidos artigos, referentes aos indicadores de desempenho de todos os intervalos que compõem o período de revisão de continuação ou retomada do dano à indústria doméstica, tal como definido no art. 264 deste Capítulo.	Art. 310. O peticionário da revisão de final de período deverá apresentar, de forma sequencial, as respostas a cada um dos artigos da Seção XII do Capítulo II desta Portaria e preencher as tabelas de cada um dos apêndices indicados nos referidos artigos, referentes aos indicadores de desempenho de todos os intervalos que compõem o período de revisão de continuação ou retomada do dano à indústria doméstica, tal como definido no art. 264 deste Capítulo.
§ 1º A petição deverá conter as informações referentes a todas as empresas que compõem a indústria doméstica, e os apêndices referentes aos indicadores de	§ 1º A petição deverá conter as informações referentes a todas as empresas que compõem a indústria doméstica, e os apêndices referentes aos indicadores de

desempenho solicitados deverão ser preenchidos individualmente para cada empresa e também de forma consolidada para o conjunto das empresas que compõem a indústria doméstica, observadas as exceções específicas para as petições de indústrias fragmentadas.	desempenho solicitados deverão ser preenchidos individualmente para cada empresa e também de forma consolidada para o conjunto das empresas que compõem a indústria doméstica, observadas as exceções específicas para as petições de indústrias fragmentadas.
§ 2º Caso o peticionário entenda que houve dano à indústria doméstica ao longo do período de revisão de continuação ou retomada do dano, independentemente de quais sejam as causas desse dano, deverá apresentada resposta completa às disposições da Subseção X da Seção XII do Capítulo II desta Portaria.	§ 2º Caso o peticionário entenda que houve dano à indústria doméstica ao longo do período de revisão de continuação ou retomada do dano, independentemente de quais sejam as causas desse dano, deverá apresentada resposta completa às disposições da Subseção X da Seção XII do Capítulo II desta Portaria.
§ 3º Caso o peticionário entenda que o dano à indústria doméstica verificado na investigação original ou em procedimento posterior foi neutralizado ao longo do período de revisão de continuação ou retomada do dano, deverá ser fornecida explicação sobre como o direito compensatório contribuiu para a evolução dos indicadores de desempenho.	§ 3º Caso o peticionário entenda que o dano à indústria doméstica verificado na investigação original ou em procedimento posterior foi neutralizado ao longo do período de revisão de continuação ou retomada do dano, deverá ser fornecida explicação sobre como o direito compensatório contribuiu para a evolução dos indicadores de desempenho.
§ 4º Caso exista direito antidumping em vigor para o mesmo produto e origem sujeita ao direito compensatório objeto da revisão de final de período, a explicação requerida no § 4º deverá considerar o efeito do direito compensatório e do direito antidumping concomitantemente para a neutralização do dano à indústria doméstica, observando os montantes do direito compensatório e do direito antidumping em vigor.	§ 4º Caso exista direito antidumping em vigor para o mesmo produto e origem sujeita ao direito compensatório objeto da revisão de final de período, a explicação requerida no § 43º deverá considerar o efeito do direito compensatório e do direito antidumping concomitantemente para a neutralização do dano à indústria doméstica, observando os montantes do direito compensatório e do direito antidumping em vigor.
§ 5º O peticionário da revisão de final de período deverá informar se houve investimentos, ampliação de capacidade produtiva e das operações da empresa durante o período de revisão de continuação ou retomada do dano, e esclarecer se há relação entre estes e a vigência do direito compensatório.	§ 5º O peticionário da revisão de final de período deverá informar se houve investimentos, ampliação de capacidade produtiva e das operações da empresa durante o período de revisão de continuação ou retomada do dano, e esclarecer se há relação entre estes e a vigência do direito compensatório.

Justificativa: Correção formal.



Artigo 319 – Preço provável das importações objeto de medidas compensatórias e o seu provável efeito

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
<p>Art. 319. Sobre o preço provável das importações objeto de medidas compensatórias e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro, informar se:</p> <p>I - o provável preço do produto objeto da medida estaria subcotado em relação ao preço do produto similar da indústria doméstica;</p> <p>II - em decorrência do provável preço do produto objeto da medida haveria depressão ou supressão do preço do produto similar da indústria doméstica.</p> <p>Parágrafo único. A petição deverá o montante de subcotação e indicar a metodologia para cálculo do provável preço internado do produto objeto da medida, singularizando o valor ou o percentual equivalente às despesas para sua internação.</p>	<p>Art. 319. Sobre o preço provável das importações objeto de medidas compensatórias e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro, informar se:</p> <p>I - o provável preço do produto objeto da medida estaria subcotado em relação ao preço do produto similar da indústria doméstica;</p> <p>II – em decorrência do provável preço do produto objeto da medida haveria depressão ou supressão do preço do produto similar da indústria doméstica.</p> <p>Parágrafo único. A petição deverá indicar o montante de subcotação e indicar a metodologia para cálculo do provável preço internado do produto objeto da medida, singularizando o valor ou o percentual equivalente às despesas para sua internação.</p>

Justificativa: Correção formal.



Capítulo VII – Das petições de revisão anticircunvenção

Comentários gerais:

A Fiesp reconhece como positiva a proposta de regulamentação da revisão anticircunvenção de medidas compensatórias. De modo a aperfeiçoar o texto submetido a consulta pública, são reproduzidas disposições presentes nos demais roteiros, como aquelas que dizem respeito ao reconhecimento do princípio da razoabilidade na reunião de informações. Também são retomadas definições e aspectos sobre a análise a ser realizada pela autoridade investigadora, com vistas a tornar o texto da portaria mais didático e acessível.

ARTIGO NOVO – Princípio da razoabilidade

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
-	Art. (a definir). A petição deverá conter informações que estejam razoavelmente disponíveis ao peticionário.

Justificativa:

A sugestão de novo artigo tem como objetivo reiterar o princípio da razoabilidade, presente na minuta de portaria, como elemento a ser observado pela Administração Pública Federal nos processos administrativos, tal como previsto na Lei nº 9.784, de 1999. Visando o paralelismo com as disposições sobre investigações originais e revisões de final de período, presentes na mesma minuta de portaria (artigos 15 e 259), sugere-se a reprodução do texto para o capítulo de revisões anticircunvenção.

Artigo 337 e ARTIGO NOVO – Definição de circunvenção e detalhamento de análise

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 337. A petição deverá conter indícios da prática de circunvenção, consoante o disposto nos incisos I, II e III do art. 2o da Resolução Camex no 63, de 2010.	Art. 337. A petição deverá conter indícios da prática de circunvenção, consoante o disposto nos incisos I, II e III do art. 2o da Resolução Camex no 63, de 2010.
	Parágrafo único. Constitui circunvenção prática comercial que vise a frustrar a eficácia de medida compensatória vigente por meio da introdução, no território nacional, das importações a que faz referência o art. 342.
	Art. (a definir). A existência de circunvenção será determinada pela análise conjugada de informações relativas tanto aos países de origem das exportações dos produtos ou das partes, peças ou componentes quanto aos produtores ou exportadores destes países, ou ainda aos importadores brasileiros de partes, peças ou componentes, nos termos

	do art. 342.
	<p>Parágrafo único. A análise de informações relativas aos países de origem das exportações dos produtos ou das partes, peças ou componentes a que faz referência o caput será feita para os países como um todo, de maneira a verificar se:</p> <p>I - em razão de alterações nos fluxos comerciais destes países ocorridas após o início de investigação original ou de revisão, a eficácia de uma medida compensatória vigente estiver sendo frustrada, avaliada em termos do preço e da quantidade importada do produto objeto da revisão; e</p> <p>II - as alterações nos fluxos comerciais destes países ocorridas após o início de investigação original ou revisão são decorrentes de processo, atividade ou prática sem motivação ou justificativa econômica outra do que frustrar a eficácia de medida compensatória vigente.</p>

Justificativa: A inclusão da disposição retoma, com adaptações, a linguagem atualmente prevista na Resolução CAMEX nº 63, de 2010, e no Decreto nº 8.058, de 2013. As adaptações consistem, tão somente, na numeração do parágrafo e na exclusão da menção a medidas antidumping (objeto do inciso III, parágrafo primeiro ao artigo 2º da referida Resolução). Assim, detalha-se a definição de circunvenção, bem como a análise a ser feita pela autoridade investigadora, de modo a mitigar a pulverização de atos normativos a serem consultados pelas partes interessadas para compreensão sobre o mecanismo.

Assim, considera-se que essa proposta seja positiva tanto no cenário em que a publicação da portaria em discussão ocorra antes da promulgação do novo Decreto de subsídios, ou mesmo na hipótese de que este diploma não contemple os termos da Resolução CAMEX nº 63, de 2010.

Artigo 354 – Das alterações de fluxo comercial

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
<p>Art. 354. A petição deverá apresentar, na medida do possível, indícios sobre a oferta do produto objeto da revisão no país exportador, destacando:</p> <p>I - volume de produção;</p> <p>II - capacidade instalada;</p> <p>III - importações;</p> <p>IV - exportações para outros países.</p> <p>Parágrafo único. caso a capacidade instalada</p>	<p>Art. 354. Dentro dos limites razoáveis ao alcance do peticionário, A petição deverá apresentar, na medida do possível, indícios sobre a oferta do produto objeto da revisão no país exportador, destacando:</p> <p>I - volume de produção;</p> <p>II - capacidade instalada;</p> <p>III - importações;</p> <p>IV - exportações para outros países.</p>



e volume de produção sejam incompatíveis com o volume exportado para o Brasil, apresentar evidências que comprovem tal informação.	Parágrafo único. caso a capacidade instalada e volume de produção sejam incompatíveis com o volume exportado para o Brasil, apresentar evidências que comprovem tal informação.
--	---

Justificativa:

A sugestão de alteração tem como objetivo reiterar o princípio da razoabilidade, presente na minuta de portaria, como elemento a ser observado pela Administração Pública Federal nos processos administrativos, tal como previsto na Lei nº 9.784, de 1999. Entende-se que informações sobre a oferta do produto objeto de revisão no país exportador possam não estar ao alcance da indústria doméstica nacional – diferentemente dos dados relativos ao mercado nacional.

Além disso, nota-se que, ao solicitar essas informações, a minuta de portaria promove inovações que não estão previstas no Decreto nº 1.751, de 1995. Assim, não resta clara a motivação para que sejam apresentados os dados listados, motivo pelo qual sugere-se a flexibilização da linguagem do artigo.



Capítulo VIII – Das propostas de compromisso

Comentários gerais:

A Fiesp reconhece como positiva a iniciativa do governo brasileiro de regulamentar o roteiro para apresentação de compromissos por produtores/exportadores/governos estrangeiros em processos de subsídios. Tal roteiro representa um avanço e poderia ser replicado, dentro do possível, para os demais instrumentos de defesa comercial.

A seguir são apresentadas as sugestões de alteração específicas que visam, de modo geral, retomar a linguagem prevista nas normativas hierarquicamente superiores, além de excluir previsões que possam levar a SECEX a incorrer no risco de extrapolar sua competência de regulamentação via instrumento de portaria.

Artigo 371 – Das violações do compromisso assumido pelo produto/exportador

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
<p>Art. 371. O produtor/exportador, incluindo partes relacionadas, que propuserem compromisso deverão se comprometer expressamente a, entre outras:</p> <p>I - não conceder descontos, abatimentos, ou qualquer outro benefício aos seus clientes, quer direta ou indiretamente ligados a uma venda do produto em questão, que implique preço compromissado inferior ao acordado;</p> <p>II - não pagar comissão que implique preço compromissado inferior ao acordado;</p> <p>III - não apresentar descrições enganosas ou falsas das quantidades, características ou qualidades de qualquer venda do produto em questão;</p> <p>IV - não prestar declarações enganosas ou falsas sobre a classificação aduaneira do produto em questão;</p> <p>V - não prestar declarações enganosas ou falsas sobre a origem do produto em questão ou sobre a identidade do produtor/exportador;</p> <p>VI - não exportar mercadoria ao amparo deste Compromisso não fabricada pelos produtores relacionados no inciso I do art. 365 e no inciso I do art. 366 desta Portaria;</p>	<p>Art. 371. O produtor/exportador, incluindo partes relacionadas, que propuserem compromisso deverão se comprometer expressamente a, entre outras:</p> <p>I - não conceder descontos, abatimentos, ou qualquer outro benefício aos seus clientes, quer direta ou indiretamente ligados a uma venda do produto em questão, que implique preço compromissado inferior ao acordado;</p> <p>II - não pagar comissão que implique preço compromissado inferior ao acordado;</p> <p>III - não apresentar descrições enganosas ou falsas das quantidades, características ou qualidades de qualquer venda do produto em questão;</p> <p>IV - não prestar declarações enganosas ou falsas sobre a classificação aduaneira do produto em questão;</p> <p>V - não prestar declarações enganosas ou falsas sobre a origem do produto em questão ou sobre a identidade do produtor/exportador;</p> <p>VI - não exportar mercadoria ao amparo deste Compromisso não fabricada pelos produtores relacionados no inciso I do art. 365 e no inciso I do art. 366 desta Portaria;</p>

<p>VII - não efetuar acerto de dívida relacionada a qualquer operação de exportação para o Brasil por meio de quaisquer acordos de compensação, através de troca direta, ou qualquer outra forma de pagamento que não dinheiro ou método equivalente;</p> <p>VIII - não emitir fatura comercial ou nota fiscal de revenda cujos preços líquidos de venda não estejam em conformidade com os preços compromissados;</p> <p>IX - não emitir fatura comercial ou nota fiscal de revenda para as quais a transação financeira subjacente (por exemplo, o valor efetivamente recebido do comprador após quaisquer ajustes das notas de crédito/débito e similares) não esteja em conformidade com o valor nominal da fatura comercial;</p> <p>X - não se envolver em práticas de circunvenção;</p> <p>XI - não exportar o produto objeto deste compromisso por meio de países intermediários, devendo o embarque destes originar-se sempre diretamente do país de origem para o Brasil; XII - não se envolver em prática que se caracterize em repasse financeiro direto ou indireto ao importador.</p>	<p>VII - não efetuar acerto de dívida relacionada a qualquer operação de exportação para o Brasil por meio de quaisquer acordos de compensação, através de troca direta, ou qualquer outra forma de pagamento que não dinheiro ou método equivalente;</p> <p>VIII - não emitir fatura comercial ou nota fiscal de revenda cujos preços líquidos de venda não estejam em conformidade com os preços compromissados;</p> <p>IX - não emitir fatura comercial ou nota fiscal de revenda para as quais a transação financeira subjacente (por exemplo, o valor efetivamente recebido do comprador após quaisquer ajustes das notas de crédito/débito e similares) não esteja em conformidade com o valor nominal da fatura comercial;</p> <p>X - não se envolver em práticas de circunvenção;</p> <p>XI - não exportar o produto objeto deste compromisso por meio de países intermediários, devendo o embarque destes originar-se sempre diretamente do país de origem para o Brasil; XII - não se envolver em prática que se caracterize em repasse financeiro direto ou indireto ao importador.</p>
<p>§ 1º Havendo indícios de violação aos termos do compromisso pelo produtor/exportador, com base em evidências fornecidas por partes interessadas ou obtidas de ofício pela autoridade investigadora, será dada oportunidade para que o governo se manifeste.</p>	<p>§ 1º Havendo indícios de violação aos termos do compromisso pelo produtor/exportador, com base em evidências fornecidas por partes interessadas ou obtidas de ofício pela autoridade investigadora, será dada oportunidade para que o governo se manifeste.</p>
<p>§ 2º Caso seja constatada a violação do compromisso, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público notificará o produtor/exportador e a Câmara de Comércio Exterior publicará ato com informações a respeito da retomada da investigação e da aplicação imediata de medidas provisórias ou sobre a aplicação de direitos definitivos.</p>	<p>§ 2º Caso seja constatada a violação do compromisso, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público notificará o produtor/exportador e a Câmara de Comércio Exterior publicará ato com informações a respeito da retomada da investigação e da aplicação imediata de medidas provisórias ou sobre a aplicação de direitos definitivos.</p>
	<p>§ 3º A cobrança de direitos definitivos a que</p>



	faz referência o § 2º incidirá somente sobre a entrada de produtos despachados para consumo não mais do que 90 (noventa) dias antes da data de aplicação das medidas provisórias. O caso de que trata esse parágrafo não se aplica às importações declaradas antes da violação do compromisso.
--	--

Justificativa:

O artigo 48 do Decreto nº 1.751/1995 não prevê a aplicação de direitos definitivos, versando apenas sobre a retomada da investigação e a implementação de medidas compensatórias provisórias.

Por outro lado, a inclusão do parágrafo visa à concordância da normativa brasileira com o disposto no artigo 18.6 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da Organização Mundial do Comércio, segundo o qual:

*18.6 As autoridades do Membro importador poderão requerer de qualquer governo ou exportador com o qual se tenha celebrado compromisso que forneça informações periódicas relativas ao cumprimento do compromisso e que permita verificação de dados relevantes. No caso de violação de compromisso, as autoridades do Membro importador poderão tomar prontas medidas, ao abrigo deste Acordo e em conformidade com suas disposições, que poderão consistir na aplicação imediata de medidas provisórias, com base na melhor informação disponível. **Em tais situações, direitos definitivos poderão ser aplicados, em conformidade com este Acordo, sobre mercadorias desalfandegadas para consumo até 90 dias antes da aplicação de tais medidas provisórias, ressalvado que tal retroatividade não se apelará a importações desalfandegadas antes da violação do compromisso.** (grifos nossos)*

Considerando que a falta de menção aos limites da aplicação retroativa de direitos definitivos, no caso de violação de compromissos assumidos pelo produtor/exportador, poderá prejudicar o entendimento sobre o mecanismo, o seu esclarecimento tende a garantir que a cobrança desses direitos seja feita em conformidade com as normas internacionais, provendo maior segurança jurídica ao sistema de defesa comercial brasileiro.

Artigo 380 – Das violações do compromisso assumido pelo governo

Redação da minuta	Sugestão Fiesp
Art. 380. O governo que propuser compromisso deverá se comprometer expressamente a: I - não adotar medidas que frustrem a eliminação ou limitação dos subsídios à exportação e à produção (domésticos), ou adoção de medidas relativas à neutralização de todos os seus efeitos danosos. II - evitar que as empresas	Art. 380. O governo que propuser compromisso deverá se comprometer expressamente a: I - não adotar medidas que frustrem a eliminação ou limitação dos subsídios à exportação e à produção (domésticos), ou adoção de medidas relativas à neutralização de todos os seus efeitos danosos. II - evitar que as empresas



produtoras/exportadoras não se envolvam em práticas de circunvenção; III - evitar que as empresas produtoras exportadoras apresentem descrições enganosas ou falsas das quantidades, características ou qualidades de qualquer venda do produto em questão; IV - não subsidiar, direta ou indiretamente, o produto objeto do compromisso por outros instrumentos, não investigados anteriormente.	produtoras/exportadoras não se envolvam em práticas de circunvenção; III - evitar que as empresas produtoras exportadoras apresentem descrições enganosas ou falsas das quantidades, características ou qualidades de qualquer venda do produto em questão; IV - não subsidiar, direta ou indiretamente, o produto objeto do compromisso por outros instrumentos, não investigados anteriormente.
§ 1º Havendo indícios de violação aos termos do compromisso pelo governo, com base em evidências fornecidas por partes interessadas ou obtidas de ofício pela autoridade investigadora, será dada oportunidade para que o governo se manifeste.	§ 1º Havendo indícios de violação aos termos do compromisso pelo governo, com base em evidências fornecidas por partes interessadas ou obtidas de ofício pela autoridade investigadora, será dada oportunidade para que o governo se manifeste.
§ 2º Caso seja constatada a violação do compromisso, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público notificará o governo e a Câmara de Comércio Exterior publicará ato com informações a respeito da retomada da investigação e da aplicação imediata de medidas provisórias ou sobre a aplicação de direitos definitivos.	§ 2º Caso seja constatada a violação do compromisso, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público notificará o governo e a Câmara de Comércio Exterior publicará ato com informações a respeito da retomada da investigação e da aplicação imediata de medidas provisórias ou sobre a aplicação de direitos definitivos.
	§ 3º A cobrança de direitos definitivos a que faz referência o § 2º incidirá somente sobre a entrada de produtos despachados para consumo não mais do que 90 (noventa) dias antes da data de aplicação das medidas provisórias. O caso de que trata esse parágrafo não se aplica às importações de produtos despachados antes da violação do compromisso.

Justificativa:

O artigo 48 do Decreto nº 1.751, de 1995, não prevê a aplicação de direitos definitivos, versando apenas sobre a retomada da investigação e a implementação de medidas compensatórias provisórias.

Por outro lado, a inclusão do parágrafo visa à concordância da normativa brasileira com o disposto no artigo 18.6 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da Organização Mundial do Comércio, segundo o qual:

18.6 As autoridades do Membro importador poderão requerer de qualquer governo ou exportador com o qual se tenha celebrado compromisso que forneça informações periódicas relativas ao cumprimento do compromisso e que permita verificação de dados relevantes. No caso de violação de compromisso, as autoridades do Membro importador poderão tomar prontas medidas, ao abrigo



*deste Acordo e em conformidade com suas disposições, que poderão consistir na aplicação imediata de medidas provisórias, com base na melhor informação disponível. **Em tais situações, direitos definitivos poderão ser aplicados, em conformidade com este Acordo, sobre mercadorias desalfandegadas para consumo até 90 dias antes da aplicação de tais medidas provisórias, ressalvado que tal retroatividade não se aplicará a importações desalfandegadas antes da violação do compromisso.** (grifos nossos)*

Considerando que a falta de menção aos limites da aplicação retroativa de direitos definitivos, no caso de violação de compromissos assumidos pelo produtor/exportador, possa prejudicar o entendimento sobre o mecanismo, o seu esclarecimento tende a garantir que a cobrança desses direitos seja feita em conformidade com as normas internacionais, provendo maior segurança jurídica ao sistema de defesa comercial brasileiro.

Capítulo IX – Das disposições finais

Comentários gerais

A Fiesp reconhece como positiva a inclusão de previsão esclarecendo sobre a possibilidade de aceitação de documentos redigidos nos idiomas oficiais da OMC e que constem em sítios eletrônicos governamentais e outras fontes fiáveis e isentas, como bancos de textos legais. O esclarecimento tende a gerar mais segurança jurídica para as partes ao mesmo tempo em que não conflita com as disposições legais pertinentes (Lei nº 12.995, de 2014).

Apêndices

Recomendamos a revisão da numeração dos apêndices. Nota-se que estão faltando os de número II e XX.